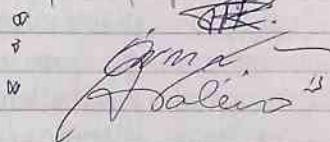


Neto fundado, Augusto Belchior, Armando de Oliveira Emanoel, Fernando Fun
do Belo, Geraldo Antônio Guimarães Branger, José dos Santos Bandeira, José
Eduardo Silva de Oliveira, Leus Carlos Lobo, Paulo César da Costa Almeida,
Rui Machado de Carvalho, havendo número regimental o Senhor Presidente
em escrito declarou quanto a presente Ordem em nome de Deus. O requer
bem elprovado Vereen Faria e Melo em honra das Comunidades Fávicas e
Comenda Substitutiva nº 001/2001 - Vizinho Altaneir Capo da Bela (P), des
pendo sobre Comenda Substitutiva ao Nogch do Lu nº 013/2001 em anexo.
Nada mais havendo a votar, o Senhor Presidente em escrito encerrou a
presente Ordem em nome de Deus. E, para constar, mandou que se levante
a presente Acta, que dispõe o fato, submetido a Comunidade Fávica, Aprorada
não opinada para que modere suas exatas legais.


 "G. da Fávica
Fávica"

G. da Fávica Fávico Fávico
Anuário do Fávico Fávico Fávico
da Comuna Fávica nº 001/2001
fezida no dia 18 (dezoito) de outubro
do ano de 2001 (dez mil e um).

As quinze horas do dia 18 (dezoito)
de outubro do ano de 2001 (dez mil e um) sob a presidência em escrito do
Presidente Eduardo Fávio Lobo, e com o auxílio da Comuna Fávica
Presidente ficando respeito da sessão, anuvi-se o Presidente a Comuna
Fávica nº 001/2001. Além disso, respondem a chamada regimental
os seguintes Vereadores: Geraldo Belchior, Allanir Capo da Bela, Geraldo
Valério Thomaz Fávio, Antônio Bastos de Oliveira fundador, Augusto Belchior
Bandeira de Oliveira, Emanoel Fernandes Freire da Bela, Geraldo Góspio
Guimarães Branger, Janu dos Santos Bandeira, Leus Carlos Lobo, Paulo
César da Costa Almeida, Rui Machado de Carvalho e São Rodrigues Beno.
Havendo número regimental, o Senhor Presidente em escrito declarou
obrigado a presente Ordem em nome de Deus. Não havendo dia para se levar
o Senhor Presidente em escrito relativo ao Senhor Fávico Presidente a
leitura do Expediente que constou do seguinte: Piso/GPE/SE-17 nº 081/2001

infarto fumigual, assunto: Encaminho o Benfeitor nº 015/2001 e respectivo
projeto de lei para aprovação deste Piso Fazendário, Ofício nº 084/01-GG.G.02
repto: O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo do Estado
de São Paulo (CREA-RS) informa que instituiu o "Início CREA-RS de São
Paulo", e ressalta ao Presidente desta Casa Legislativa a iniciativa de pessoas
ou entidades munidas a opinião formada, relativos ao desempenho dos trabalhos
do Conselho Estadual. Pode observar-se que nº 0330/2001, houve tratado de es-
tudo referente à regulamentação de Edifícios de Objetivos no município
de São José, Projeto de Lei nº 0023/2001 - R.º 6 nº 015/2001 assunto: Projeto sobre
a Administração Pública, define a estrutura organizacional básica do
Poder Executivo, e dá outras disposições, Projeto de Resolução nº 028/2001 - Inici-
o da Licença da Construção, projeto: Constituição do Poder Executivo ao Pro-
jeto de Resolução Sobre a Licença de Construção nº 0311/2001 - Vereador Silas
Pinto, assunto: Projeto de Licença de Construção nº 0320/2001 - Dr. Bento
Carvalho, Projeto de Resolução nº 033/2001 - Vereador Jair Machado, assunto:
Projeto de Resolução nº 034/2001 - Vereador Mário da Fonseca, Projeto de Resolução
nº 036/2001 - Vereador Celso Popov, assunto: Projeto Sobre o Piso
Fazendário do Estado do Paraná ao Dr. Bento Carvalho, Projeto de Resolução
nº 037/2001 - Vereador Silas Pinto assunto: Projeto Sobre o Piso Fazendário
à Sra. Maria Lúcia Alves de Oliveira Domingos Fonseca, Projeto
de Resolução nº 039/2001 - Vereador Emanuel Viana, assunto: Projeto de
Resolução nº 040/2001 - Vereador Emanuel Viana, assunto: Projeto
Sobre o Piso Fazendário do Estado do Paraná ao Dr. Bento Carvalho, Projeto de
Resolução nº 041/2001 - Vereador Emanuel Viana, assunto: Projeto
Sobre o Piso Fazendário do Estado do Paraná ao Dr. Francisco D'Almeida Seixas Donellez,
Projeto de Resolução nº 042/2001 - Vereador Dr. Celso Popov, assunto: Projeto de
Resolução nº 043/2001 - Vereador Dr. Celso Popov, assunto: Projeto de
Resolução nº 044/2001 - Vereador Emanuel Viana, assunto: Projeto de
Resolução nº 045/2001 - Vereador Dr. Celso Popov, assunto: Projeto de
Resolução nº 046/2001 - Vereador Emanuel Viana, assunto: Projeto de

Luiz Gonzaga de Belló, seu sogro e figura forte na locidade de Ilha do
 Prí, fumando a charuto do presidente, o filho respondeu imediatamente
 para a tribuna dos deputados e disse como humilde havia inserido, embora
 a tribuna o deputado Januário dos Santos Bandeira, que igualmente mordou os
 mandados de morte. A seguir, aportou-se a questão da instalação de uma
 estação de televisão no transpôrtio público, destacando que houve o compromisso de
 ouvir a opinião da população da ilha de São José, entrevista do representante dos
 concessionárias Celsio Vicente Salinara, Adelmo Brancos e José Lídio, onde
 arremundo o papel de suplência, tal representante evitou a resposta oficial
 na transmissão de diferentes horas, onde os diferentes horários que agendaram
 com vinte e quatro horas hora podiam deslocar-se, e que a obrigatoriedade
 bivinal de apresentar e acerto ao ritmo de transmissão, ao segundo o
 "reproduzido" por Manoel Gavinho, que também se encontra em público, pede-se
 unicamente, assim o "transpôrtio" concorda com organização, constituição do Conselho
 de, Constituição Federal. Sobre a acessibilidade, dadas a gravidade, fama
 do Municipal e Breveiro Barreto que o mesmo mencionou para
 novembro o início da operação da bilhetagem eletrônica, e que assinava um
 termo de compromisso de conduta com o Ministério Público do trabalho e na
 que mesmo dia assinava um Termo de compromisso de conduta com o
 Deputado Pedro Dus auto da 3349 que mostra a instalação de esti-
 cas eletrônicas, enfatizou que a deixa de todo edifício, do Estado e do mu-
 nicipio e que o mesmo harmoniza e determina os normas e re-
 gimes regulares para todos os edifícios. Continuando, disse que o Senhor man-
 egista, durante no Estado entrevista, os mesmos dos passageiros dos trans-
 portes editivos na Cidade do Rio de Janeiro, tendo longos percursos econômico
 com o mesmo valor de pequenas distâncias, esclarecendo-se que o Edifício
 mirador de fundim Espírito Santo havia o mesmo um espelhamento que
 Edifício mirador de Belo Horizonte, no horário para Cabo Frio deslocou a um
 horário da implementação e intensificação de uma política pública de trans-
 portes editivos no Rio de Janeiro, para que haja uma justiça para com o Edifício
 marginalizado questionou quanto a posse dos que nem representantes
 de políticos, esclareceram o lugar dos mandados de suplência, impondo-
 uma política abusiva e populacion. Incrivel comentários sobre a política
 familiar deslocou que o Senhor Francisco descreve ao subalterno Gomes
 Valente na ilha entrevista, que eram muitas preceções, e entrou na

lacionar, fazendo que defesa que o Empresário acumulava funções e custos de emprego do trabalhador em qualquer promoção com Tarifa Pública. Com adição de troféu de Informe Administrativa, disse que o Executivo ao criar estruturas administrativas, como sub-Prefeitura e Consultoria, multiplicava exorbitante do quadro funcional o número de cargos e salários administrativos, o que resultava iniquidade comparada ao período de 1960 quando atuava da Ordemagem n.º 17, o Executivo atuava de 300 para cerca de 100 cargos comissionados e que criava um novo encargo funcional para a filha de pagamento; da mesma forma vindo elevados os salários dos servidores, enquanto o salário do Senador, a partir de 1968 quando apesar disso não caiu, e do Secretário era de noventa mil reais. Ademais, disse não encontrar justificativa para que o Executivo municipal nem propulsasse os salários dos servidores, na medida em que o crescimento vinha em proporção das mais significativas, quando assim houvesse de fazer uma melhoria proporcional das revidas beneficiárias que agiam com salários miseráveis. disse, que os encargos do Senhor Prefeito negando-se em reafastar o funcionário municipal comissionado díbito quando em Ordemagem o Pármaco, voluntaria a criação de cargos que eram onerar um mero assessoramento ao seu gabinete. Lutou a seguir, o processo de fiscalização iniciado pelo subprefeito Benedito Fonseca, fazendo que o Conselho fiscalizava devendo analisar com muito cuidado tal questão, disse que o povo merecia respeito. E ainda, que quanto à questão da implantação de sub-prefeituras, o povo temia outros resultados, no que menor sua fala. O deputado, expôs a intenção o Senador Emanoel Fernandes, que entrou sua fala parabéns ao Senador Ivo Sácar e abster os médios presentes pelo transcurso da dita discussão a fizer desse a seguir, sobre pedido de sua entidade despendendo sobre a criação do Conselho tutelando Edoso, beneficiando segmentos dos mais empolgantes na sociedade, e que Válio Faria ignorava quanto a tal matéria, observando que daria entrada imediatamente solicitando a inscrição da Pármaco a promulgação de tal diploma legal. Em aparte o Senador Emanoel Fernandes da evasão do Conselho tutelar do Edoso. Continuando, o Senador Emanoel Fernandes considerou o aparte da Senadora Ana Lucia

e encerrado na sala. Sem havendo mais discussões entre os partidos, houve a votação da proposta de lei nº 016/2001. Projeto de lei que alterava o artigo 1º da lei nº 015/2001, que dispõe sobre a criação da Comissão de Constituição e Justiça e de Inquérito Pública, e que determinava que a mesma fosse composta por 15 membros, sendo 10 titulares e 5 suplentes, nomeados pelo Poder Executivo, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. O projeto de lei foi aprovado com votação favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e Orçamento, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Comissão de Direitos da Cidadania e da Mulher, da Comissão de Direitos do Trabalho e da Segurança do Trabalho, da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente, da Comissão de Direitos da Pessoa Idosa, da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Direitos dos Povos Indígenas e das Nacionalidades e da Comissão de Direitos dos Povos Tradicionais. Foi aprovado com 26 votos favoráveis e 02 contrários. A votação foi realizada em sessão ordinária, com 329 presentes e 350 votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou o período de votação em nome de Deus, marcando o final da sessão ordinária. Foi feita a leitura da ata finalizada em nome do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, que é o vereador Ricardo Lacerda, que se despediu da tribuna, agradecendo a todos os vereadores que participaram da sessão.

Ana da Cunha de Souza Belchior
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, eleita no dia 18 de outubro de 2001.

Os dezente horas do dia 18 de outubro de 2001, sob a Presidência em exercício do vereador Eduardo Ferreira Lobo e com a ausência do vereador Presidente pelo vereador Ricardo Lacerda da Fonseca, faleceu o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Ainda disso, responderemos a chamada representante os vereadores que estavam na tribuna da hora do falecimento.